



MOVIMENTOS SOCIAIS NA CULTURA DIGITAL: A ATUAÇÃO DOS SUJEITOS E A FORMAÇÃO HUMANA CIDADÃ

Juliano Carrer, Graziela Fatima Giacomazzo

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação e Cultura Digital

1. Introdução: contexto e conceituações teóricas

Este texto apresenta o recorte de uma pesquisa¹ que problematizou a atuação dos sujeitos nos movimentos sociais da cultura digital. A proposta buscou compreender as contribuições para uma formação humana cidadã. Entende-se que pesquisar a formação humana dos sujeitos participantes destes movimentos sociais conectados é pesquisar a formação humana dos movimentos sociais em geral. É por essa razão que, no problema que orienta esta pesquisa, optou-se pela expressão *cultura digital*, que amplia o olhar para além dos espaços on-line. Quando se usa o termo *cultura digital* não se está retirando a força da definição de cultura, mas acrescentando um elemento que se considera presente nela: o fato de a humanidade expandir sua vivência para espaços digitais e sofrerem interferência dessa lógica. Não se trata de o espaço do *off-line* ser substituído, mas de entender que, na atualidade, os espaços on-line e *off-line* dialogam no mesmo ambiente.

Um dos instrumentos de análise deste trabalho é a mídia social *facebook*. Delimita-se, assim, um dos elementos da atuação dos grupos na cultura digital. Importante ter clareza de que este espaço virtual não representa toda a cultura digital, já que outros espaços mais antigos também trazem elementos dessa cultura. Entretanto, como as redes sociais virtuais são, de fato, elementos que surgem na contemporaneidade, optou-se por focar parte do olhar nelas.

1 Pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Por conta da limitação do espaço, optou-se por apresentar um recorte de Carrer, Giacomazzo (2020), onde já tínhamos sintetizado a pesquisa.

Realizado o recorte histórico e tentando responder ao problema levantado, dialoga-se, inicialmente, com Suchodolski (2002), Freire (1996) e Severino (1994, 2005, 2006, 2010) na busca de clarear e definir o que seria uma formação humana. Santos (2007) amplia esse diálogo quando acrescenta a descoberta constante e própria da humanidade por cidadania desde o seu momento de nascimento. Todos esses autores trazem em suas defesas a possibilidade de transformar a realidade em que se vive. Assim, a partir de Suchodolski (2002), Freire (1996), Severino (1994, 2000, 2005, 2006, 2010), Santos (2007) e Gohn (2010a), define-se que formação humana cidadã é entendida como uma formação para a cidadania, na medida em que facilita a atuação dos sujeitos em construir algo diferente do que é apresentado. Significa que uma formação humana cidadã deve ir contra o poder hegemônico, que diz existir naturalmente dominados e dominadores, e, portanto, deve oferecer a probabilidade contra hegemônica da mudança. É esperançosa por essência, pois visualiza a chance de transformação. Dessa forma, para avaliar a formação humana cidadã, olha-se para a busca de alargamento dos seus direitos sociais e pela participação nos rumos da sociedade.

Ao se resumir o que seria uma pessoa cidadã, pode-se dizer que quanto mais participante das decisões da sociedade e quanto mais detentora de direitos, mais humana e cidadã será essa pessoa. Assim, a procura por ampliação dos direitos é intrínseca à existência humana. Do nascimento até a morte, as pessoas devem lutar para terem suas cidadanias ampliadas. Não se nasce cidadão, mas se constrói cidadão na proporção em que, frente a sua existência, a pessoa batalha pela expansão dos seus direitos, sempre respeitando, nesse processo, a coletividade.

Após o debate sobre formação humana cidadã e tendo clareza de que o foco pretendido são grupos sociais, averiguou-se uma definição do conceito de educação não formal. Encontra-se relevante contribuição em Gohn (2010a) ao defender a educação não formal como processo que favorece uma formação cidadã, dentro da coletividade, e que, nesse sentido, faz parte da educação dentro dos movimentos sociais. Gohn (2010a, 2010b) também apresenta o que seriam movimentos sociais e, junto a Castells (2013) e Scherer-Warren (1989), aponta que um movimento social existe dentro da possibilidade de mudança da sociedade que existe, lutando assim pela humanidade referida por Freire (1996), Suchodolski (2002), Severino (1994, 2005, 2006, 2010) e Santos (2007).

Também se ponderou o conceito de movimentos sociais utilizado para avaliar se os grupos seriam, de fato, movimentos sociais. Um movimento social, a partir de Castells (2013), Gohn (2010a) e Scherer-Warren (1989), atua na sociedade como seu elemento transformador – sendo elemento essencial na história para construir uma ordem diferente da colocada pelo sistema dominante. Empreendem, assim, em direção às lutas levantadas por seus integrantes, na busca do direito à participação nos rumos da sociedade, propiciando ampliar a formação humana cidadã de seus membros. A partir do exposto, chegou-se ao movimento social objeto de análise deste estudo, que aqui será denominado de *Coletivo Feminista*, cuja colaboração serviu para compreender em que sentido a atuação dos sujeitos nos movimentos sociais na cultura digital contribui com uma formação humana cidadã.

Os movimentos sociais surgem quando existe um descontentamento da sociedade com determinada injustiça, que torna incompatível a vivência da maior parte da população. Eles irrompem quando as pessoas decidem enfrentar o medo causado pelo opressor. No início, o sentimento que motiva esse enfrentamento é a raiva, mas com o tempo e a insistência na justiça essa raiva se transforma em entusiasmo, em luta social (CASTELLS, 2013). Seria o que Freire (1996) chama de justa raiva, quando o oprimido, frente a uma injustiça, geralmente age de forma impulsiva. Com o tempo e a organização, essa justa raiva pode ser organizada e estrategicamente usada para transformar a realidade.

Entretanto, os movimentos sociais não surgem apenas da crise ou da indignação, eles precisam de condições para o aparecimento. Exige-se, assim, mobilização e esperança de uma possível sociedade diferente da colocada. Ninguém caminha ou luta por algo que não acredita ser possível (CASTELLS, 2013). Por isso, seja em qualquer época, aqueles que se mobilizam o fazem porque possuem esperança no novo, em um amanhã diferente. Quem ousaria lutar, sabendo que, usualmente, a luta é sempre contra um sistema violento, se não sonhasse com um mundo diferente? A esperança é caminho forte de toda e qualquer embate social. Assim, são os movimentos sociais por conta desse enfrentamento.

Quando se trata daquilo que move os movimentos sociais, existe certa ressonância entre os autores Castells (2013) e Gohn (2010a), que referenciam o surgimento dos movimentos sociais, e os autores desta pesquisa que corroboram o conceito de formação humana cidadã. Ao indicarem a formação humana como busca pela cidadania, evitam o fatalismo de aceitar a sociedade como ela está posta. Os pesquisadores deixam evidente a necessidade de se defender a transformação da sociedade, saindo de um momento histórico conduzido pelo consumo e por poucas pessoas, para uma sociedade centrada no ser humano e conduzida cada vez mais por um maior número de pessoas. Assim, uma formação humana cidadã está intimamente interligada à existência dos movimentos sociais. Por fim, os movimentos sociais surgem e atuam nesse sentido.

Um movimento social, por essência, busca lutar por valores que *a priori* considerem éticos, tentando, a partir de sua organização, lutar pelas demandas dos seus participantes e de outras as quais se sensibilizam. Possuem caráter transformador, pois agem a partir de uma necessidade de mudança da situação posta, e caminham na busca de concretizar um caminho diferente (CASTELLS, 2013; GOHN, 2010a, 2010b, 2014; SCHERER-WARREN, 1989).

Ao pleitearem, a partir de suas lutas, a mudança, os movimentos sociais requisitam, explicitamente, o direito a participar da condução das decisões. O simples fato de questionar alguma medida é sintoma desse desejo de participação. Obviamente, não ficam apenas com a crítica, bem como constroem possibilidades a serem trilhadas. A exemplo disso, pode-se retomar a criação de tantos espaços democráticos na sociedade brasileira a partir da luta dos movimentos sociais. Esse conceito apresentado tenta englobar os movimentos sociais em todas as épocas históricas.

É importante perceber que todo esse caminho percorrido traz presente intencionalidade, que se ainda não ficou explícita, ousa-se fazê-lo. Busca-se, na medida em que se compreende melhor o processo formativo dos movimentos sociais na cultura digital, contribuir para transformar a realidade em uma direção cada vez mais coletiva e justa. Justiça esta que, impreterivelmente, passa pela ampliação da cidadania das pessoas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, considerado por Yin (2005), como um método de investigação empírico capaz de analisar com profundidade um grupo específico, dentro do seu contexto real. Tomando a pesquisa de campo, que, segundo Triviños (1995), possibilita a ida até o local de vivência do grupo e aprofundar o olhar para a realidade, foram adotadas duas fontes de dados para o estudo de caso: um grupo focal, denominado “roda de conversa”² e análise de conteúdo digital produzido pelo grupo, tendo como suporte a mídia social *facebook do coletivo*.

A escolha do grupo deu-se por meio de uma checagem aos movimentos sociais na internet. Justifica-se a busca por uma mídia social, neste caso o facebook, porque esta pesquisa orientou-se para um diálogo entre os espaços virtuais e reais (on-line e off-line). De acordo com Castells (2013), os sites com redes sociais virtuais possuem grande importância na vida e na organização dos movimentos sociais conectados, sendo espaço propício para o diálogo que se deseja realizar nesse ambiente social.

A atividade mais importante da internet hoje se dá por meio dos sites de rede social (SNS, de Social Networking Sites), e estes se tornam plataformas para todos os tipos de atividade, não apenas para amizades ou bate-papos pessoais, mas para marketing, e-commerce, educação, criatividade cultural, distribuição de mídia e entretenimento, aplicações de saúde e, sim, ativismo sociopolítico. (CASTELLS, 2013, p. 136).

Foi utilizado como metodologia o grupo focal. No entanto, optou-se pelo uso do termo roda de conversa visto as características do que almeja o diálogo com o coletivo, tais como igualdade de falas, autonomia do grupo e o próprio posicionamento das mulheres em roda para realizar a conversa.

Dessa busca, algumas percepções iniciais podem ser visualizadas. Em primeiro lugar, não foi difícil realizar o levantamento, principalmente porque a maioria dos grupos está conectada entre si e se conhece. Outro fator, já apontado, é que todos os grupos possuem como espaço prioritário de comunicação na internet as mídias sociais, especificamente o facebook, característica da cultura digital. Pouco se encontra de informações desses grupos fora desses canais, porque grande parte não possui uma página específica a não ser a página do próprio site das mídias sociais.

² Foi utilizado como metodologia o grupo focal; no entanto, optou-se pelo uso do termo roda de conversa visto as características do que se busca no diálogo com o coletivo, tais como igualdade de falas, autonomia do grupo no diálogo e o próprio posicionamento das mulheres em roda para realizar a conversa.

Assim sendo, este texto organiza-se a partir desta introdução casada com uma fundamentação teórica mais direta e, a seguir, traz o resultado da pesquisa de campo e reflexões plausíveis sobre o objeto pesquisado. Registra-se que para este artigo produziu-se uma síntese, não sendo possível, em virtude da sua dimensão, abordar todos os aspectos investigados.

2. Escuta e diálogo: considerações finais

Evidenciou-se que as mulheres do coletivo³ vivenciam principalmente uma formação humana que privilegia a autonomia, com a possibilidade de transformação da realidade e ampliação da cidadania. Tendo-se em vista o sonho delas em expandir o coletivo para as mulheres dos cursos de engenharia (Não encontrei, em nenhum momento, referência ao fato de que do Coletivo Feminista participam mulheres do curso de engenharia ou mesmo quem participa dele exatamente) que ainda não participam dele, trazendo presente uma necessidade de as conquistas e as percepções que possuem se estenderem para além delas. Essa questão aliada à insistência em atuarem, de criarem esse espaço de luta e de irem participando na qualidade de detentoras do direito à voz no contexto do ensino superior que se inserem, corroboram a visão que este trabalho possui sobre formação humana cidadã e, de certa forma, responde ao problema da pesquisa.

Assim, tendo como aporte Freire (1987, 1996), Suchodolski (2002), Severino (1994, 2005, 2006, 2010) e Santos (2007), entende-se que uma formação humana cidadã ocorre na medida em que as pessoas atuam em uma realidade na perspectiva de modificá-la na busca de ampliação da cidadania. Tem-se a consciência de que mudanças de posturas só serão viáveis quando houver diálogo harmônico entre as necessidades individuais e coletivas dos humanos e humanas. Os movimentos sociais, ao atuarem na busca da transformação da realidade, ratificam a expansão da cidadania de seus participantes, posto que estes aprimoram seus conhecimentos das técnicas para a dominação e lutam por mais direitos.

Feito essa retomada dos movimentos sociais na cultura digital e do que seria uma formação humana cidadã, chegou-se à pergunta central deste trabalho, em que se buscou perceber a contribuição da vivência no Coletivo para validar essa problemática. Toda essa visão conclusiva da base teórica construída, em diálogo com os dados da pesquisa de campo, aponta que o Coletivo é um movimento social que existe dentro da cultura digital e, como tal, evidenciam-se os elementos apresentados nessa fundamentação empírica. Além disso, o Coletivo Feminista tenciona ampliar os direitos para além das suas participantes, objetivando atingir outras mulheres, que não estão envolvidas com o projeto, dentro da instituição e fora desse território interno. Também sob esta ótica, mostra, na maneira como conduz e atua, que a base da cidadania de seus membros está de acordo com o conceito construído com Freire (1987, 1996), Suchodolski (2002), Severino (1994, 2005, 2006, 2010) e Santos (2007).

3 No momento da pesquisa, o Coletivo Feminista era formado por 54 membros, sendo que seis (6) destes estavam em uma equipe de organização e as outras participavam das reuniões quinzenais e eventos do grupo. É este grupo da organização que participou da roda de conversa.

Como uma das percepções finais da pesquisa, visualiza-se que, para aprofundar a resposta ao problema levantado inicialmente, urge mais acompanhamento da vivência delas cotidianamente, algo processual, que consiga captar mudanças históricas na vida dessas mulheres e no local onde atuam. Um olhar, com mais cautela, à vida diária do coletivo pode ampliar a interpretação de como se dá a interferência desta atuação na formação humana cidadã de suas participantes.

Por fim, assim como Gohn (2014), concorda-se com a necessidade da existência dos movimentos sociais na sociedade e em outras, como agentes fundamentais de transformação. Aqueles e aquelas que ficam à margem da lógica dominante precisam pautar a ampliação de suas cidadanias e, conseqüentemente, das cidadanias de todas as outras pessoas.

Referências

CARRER, Juliano. *Formação humana e movimentos sociais na cultura digital*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2019.

CARRER, Juliano; GIACOMAZZO, Graziela Fatima. Movimentos sociais na cultura digital e formação humana. *Revista Práxis Educativa*, v. 15, 2020, p. 1-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.13516.013>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010a.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010b.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2014.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: USP, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Desafios da formação humana no mundo contemporâneo. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n. 29, jul/dez. 2010, p. 153-164. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v0n29a50>

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação e ética no processo de construção da cidadania. In: LOMBARDI, J. C.; GOERGEN, P. (orgs.). *Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 137-153.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 2, abr./jun. 2000, p. 65-71. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200010>

SEVERINO, Antonio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, set/dez. 2006, p. 619-634. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000300013>

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Filosofia da educação construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: pedagogia da essência e a pedagogia da existência*. São Paulo: Centauro, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Juliano Carrer. Mestrado em Educação (PPGE/UNESC). Licenciado em Física (UFSC). Professor da rede pública estadual de Santa Catarina. Pesquisador do grupo de interdisciplinar em Educação e Cultura Digital (EducDigital).



Graziela Fatima Giacomazzo. Doutorado e Mestrado em Educação (UFRGS). Graduação em Pedagogia (UNISINOS). Docente na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) desde 2000. Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias de Informação e Comunicação (PPGTIC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Líder do grupo de pesquisa interdisciplinar em Educação e Cultura Digital CNPq/UNESC.